

MOVIMENTO “NÓS PODEMOS PARANÁ” E O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO À LUZ DA TEORIA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

João Frederico Rocha Loures e Souza¹

RESUMO: O presente artigo pretende retomar postulados de participação democrática a partir de Carole Pateman, para lançar luz à atuação do Movimento Nós Podemos Paraná (MNPP). Trata-se de um movimento articulado pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) desde 2006 e, para analisaremos pontos como o da articulação e os efeitos educativos que fornece a metodologia do MNPP partindo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) enquanto plataforma mundial estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Busca-se analisar em que medida o peso institucional do sistema FIEP para a ampliação de participação democrática no contexto local de mobilização. De forma complementar, o artigo procura dimensionar como o desempenho do MNPP contribui para um ambiente efetivamente participativo, no sentido de criar espaços para o treinamento político de participação e assim, extrapolar rotulagens de caráter assistencialista sobre esse tipo de empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE:

Participação Democrática; Responsabilidade social; Sistema Fiep; Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; Movimento Nós Podemos Paraná.

INTRODUÇÃO²

Em um contexto de mudanças, avanços tecnológicos e onde se pensa em ações de inovação para sustentabilidade, mais precisamente na área de desenvolvimento social, ambiental e econômico, torna-se de extrema importância analisar o aparato de participação local para entender, em que medida, o peso institucional pode fornecer espaços para o treinamento político dos indivíduos.

Das transformações ocorridas nos últimos 20 anos que tem levado os industriais, num certo sentido, amadurecer ações estratégicas em prol da

¹ Formando em Ciência Política pela Faculdade Internacional de Curitiba.

² Orientador Luiz Domingos Costa

responsabilidade social corporativa – RSE³, propomos analisar o peso institucional que a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) exerce, por meio do “Movimento Nós Podemos Paraná” – MNPP ancorado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM⁴ – podendo atuar e influenciar indicadores de desenvolvimento e transformação social no campo da participação local.

Essa influência é possível ao considerar o Sistema FIEPR⁵ uma instituição representativa – dentro de sua atuação setorial e para compreensão de fundamentos de participação ampliada - frente à criação de espaços de participação e a existência de parâmetros educativos na construção democrática.

Ainda assim, a representatividade observada no Sistema FIEP compõe-se de coalisões políticas nos arranjos institucionais articulados com condições de apresentar um plano estratégico frente ao efeito educativo da participação local.

Para o entendimento da ideia de participação democrática este artigo resgata apontamentos de Carole Pateman ao se referir e embasar o conceito de participação para ciência política, sobretudo, de que maneira teóricos classificados por ela como clássicos contribuíram com materiais básicos. Posteriormente a autora aborda o surgimento da democracia em sociedades modernas industrializadas – concomitante a discussão presente nos autores de teorias recentes.

Dessa trajetória de desenvolvimento teórico, repousa a importante análise para o entendimento da dimensão dos postulados sobre participação democrática e, nesse sentido empregamos à idéia “participacionista” para justificar a compreensão e diferenciação das vertentes atualizadas.

Significa observarmos a razão pela qual o sistema FIEP - por meio do Serviço Social da Indústria do Paraná (SESI-PR) – da base de sustentação

³ O contexto de RSE foi extraído dos escritos pós anos 90, ver MACHADO 2011,

⁴ Na cúpula do Milênio (2000) na Organização das Nações Unidas - ONU, 191 países assumiram compromisso de alcançar os 8 Objetivos do Milênio(ODM), os quais estabeleceram uma agenda de desenvolvimento para o mundo, por meio de metas a serem cumpridas até 2015.

⁵ Composto de “casas institucionais” nos planos regionais sendo SENAI, SESI, IEL e todo aparato de programas, eixos e projetos da indústria.

enquanto instituição paranaense que, adquire capacidade de trânsito político no processo de mobilização, participação e desenvolvimento local no Paraná.

Contextualizar esse cenário institucional representado pelo MNPP é uma tarefa inicial no enfrentamento de paradigmas de participação política numa sociedade participativa, ou ainda, de como a sociedade pode se conectar com a destreza necessária no engajamento e participação política de ações voltadas a cidadania e solidariedade.

A partir do modelo de participação, observando o processo de “diálogo apreciativo” buscamos estabelecer o MNPP na ordem de instrumento metodológico para o empoderamento local e de estímulos às ações dos indivíduos.

Este artigo tem como objetivo examinar o desempenho do MNPP quanto ao efeito educativo da participação para compreender o papel do Sistema FIEP como catalisador de oportunidades de negócios no campo social. Como consequência dessa dimensão, o objetivo também é analisar as relações de estratégia de gestão e ações políticas que – público, privado e sociedade civil – realizam com sentidos e intensões diferentes, especificamente voltado aos ODM para além de pressupostos filantrópicos⁶.

Para tanto, o desenvolvimento do texto conta com uma primeira seção dedicada ao debate teórico travado no contexto da teoria democrática, encobrindo parte da polêmica entre elitistas e participacionistas. Em seguida, apresenta as relações entre a conjuntura institucional do Sistema FIEP no âmbito de articulação multilateral em escala internacional e, finalmente, apresenta o caso do Movimento Nós Podemos Paraná, delineando as conexões entre as seções sempre que possível.

A conclusão apresenta um apanhado geral do que foi apresentado, somando-se a mesma, um viés crítico acerca do entendimento sobre participação democrática diante das evidências articuladas para uma proposta de participação mais abrangente. Isso numa tentativa de anotar como uma experiência empírica permite perceber as relações sociais que transcendam

⁶ Escritos apontam uma visão mais restrita de responsabilidade social, voltada a ações assistencialistas. Por outro lado, adotamos a perspectiva em MACHADO, 2011.

uma concepção exclusivamente negativa tal como elaborado pelos críticos neoliberais.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para contextualizar e orientar o artigo desenvolvido se faz necessário uma breve explanação sobre as correntes que fundamentam os preceitos de democracia. Não se trata apenas de revisar linha teórica clássica e contemporânea, mas buscar ampliar postulados básicos para uma melhor análise dos paradigmas que permitem a ideia de participação ampliada a partir dos escritos de Carole Pateman.

1.1 PARTICIPAÇÃO DEMOCRATICA: BREVE ANÁLISE DA TEORIA ELITISTA

Como até hoje, a noção de democracia participativa ainda é discutida com sentidos e intenções diferentes, trataremos de sua posição teórica para encontrar as funções “participacionistas” atualizadas.

Buscaremos entender os processos de “alargamento da democracia” que, em síntese fornece dimensões encontradas no projeto neoliberal⁷ – no encolhimento do Estado, em detrimento da atuação de outros setores – conectando num deslocamento demasiado da noção de participação e democracia.

Para conseguirmos estabelecer uma coesão no desenvolvimento do assunto é extremamente necessário - o motivo pelo qual a teoria clássica da democracia fornece - um marco importante para o entendimento da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia em vias de participação.

Os recortes dos clássicos por Carole Pateman para determinar a trajetória histórica - utilizado neste artigo como complemento preliminar na

⁷ Dagnino (1994) revela uma lógica considerável ao tratar do entendimento sobre a “confluência perversa”, examinando o cenário de disputa política em torno da expansão da cidadania, transito da sociedade civil e do aprofundamento da democracia.

análise que sugere uma participação ampliada – será a base norteadora para consideração do desempenho que trataremos no caso MNPP.

Segundo referências da teoria clássica, destacamos importante contribuição de Joseph Schumpeter para as teorias posteriores, considerando que “A participação não tem um papel especial ou central” ou ainda; “A teoria concentra-se no numero reduzido de líderes” (SCHUMPETER *apud* PATEMAN, 1992, p. 14). Schumpeter sugere o que conhecemos como Governo das elites, voltado ao político profissional e, mais especificamente ao marketing político⁸.

Embora Schumpeter tivesse dedicado atenção às condições – maneiras e regulamentações da arena política - pelas quais se chega a decisões e, assim as condicionantes necessárias para o método democrático sendo “aquele arranjo institucional para se chegar as decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir(...)” (SCHUMPETER, 1943, p. 269).

Nessa direção, a identificação dos meios pelos quais se entende a arena pública (política), não apenas em dimensões representativas – traduz os desejos das equipes diretivas, sobretudo dos profissionais na política⁹.

Ao observar estudos de Robert Dahl que, assemelha-se ao argumento schumpeteriano fundamentando que democracia é um método político, justificando pela noção de sistemas de controle social, ou seja, não se trata apenas de um caráter democrático aplicado à estabilidade do sistema democrático e nos remete a visão pessimista de Schumpeter ao processo participativo.

Dahl argumenta que, os não líderes exercem controle sobre os líderes para não incorrer na perda do controle das regras justificado pela realidade ou “na medida em que o aumento da atividade política traz esse grupo à arena política, o consenso a respeito das normas pode declinar” (Dahl *apud* PATEMAN, p. 20 1992). Pateman apresenta argumentos otimistas sobre esse processo.

Ainda assim, Dahl não define o grau de treinamento social ou pré-disposições dos indivíduos para participação “o que se exigem são

⁸ Sobre a lógica do método democrático e suas implicações ver Schumpeter, 1961.

⁹ Ver Schumpeter, 1961.

personalidades que possam adaptar se aos diferentes tipos de papéis nos diferentes sistemas de controle." (DAHL *apud* PATEMAN, 1992, p. 20).

Na verdade Dahl não fornece dados que permitem associar o treinamento político para o sentido de eficácia na atuação dos indivíduos e, será basicamente nessa via que atuaremos ao revelar o peso de estruturas autoritárias na base do processo educativo em política.

Embora não entremos na ceara da teoria das elites, o comportamento direutivo da gestão estratégica (FIEP), na função de base de sustentação ao treinamento em política que catalisa o processo "participacionista".

Nesse sentido, elites fornecem diretrizes para criação de balizas ou estruturas de participação e para este estudo compreender o importante papel da construção teórica em relação ao fato empírico que será nos próximos capítulos.

Segundo Pateman, Sartori sustenta que a inatividade ou apatia "não pode ser provocada pelo analfabetismo, pela pobreza ou pela insuficiência de informação, assim como devemos classifica-lá" ou ainda segundo a sugestão de Sartori ao questionar os argumentos sobre apatia política do cidadão "uma vez que as pessoas só aprendem e se interessam de fato por assuntos dos quais tem experiência pessoal" (PATEMAN, 1992, p. 21).

Desses aspectos que retornaremos com esforço de considerar os efeitos da metodologia apresentada pelo MNPP enquanto Tecnologia Social – TS¹⁰ e, as entradas que permitem ao individuo, por meio do processo educativo sem necessariamente recorrer a todos os postulados "clássicos".

Os escritos de Pateman nos remetem a processos e, se pretendemos ampliar o debate sobre democracia participativa, do ponto de vista eleitoral partimos da premissa que o Brasil já é uma democracia estabelecida e equivalente a idéia de participação em larga escala. Contudo a historicidade esta posta como correlação às ações participacionistas de um quadro recente, permitindo avançar e aprofundar estudos futuros sobre o tema.

¹⁰ Para efeito deste artigo, entende-se TS como "... produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidos na interação com a comunidade, e que representam efetivas soluções de transformação social" (Fundação Banco do Brasil, 2011), ou seja, não se trata de algo acabado, experimentado por alguns e adotado indiscriminadamente por outros, tal como concebido por seus mentores.

1.2 PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: O MITO CLÁSSICO E OS NOVOS POSTULADOS

Embora as teorias democráticas tenha tamanha necessidade de revisão, a compreensão de sua natureza é – segundo a classificação de Pateman - considerar “clássicos” da democracia participativa como Rousseau e John Stuart Mill primeiros exemplos de teoria da democracia.

Tais autores, cujas teorias nos fornecem postulados básicos para uma teoria da democracia participativa, serão analisados ao modo de funcionamento da situação política transposta à atualidade.

Os esforços de associar a teoria clássica aos tempos atuais é ligeiramente apontada por Pateman destacando que, Shumpetter tem grande importância enquanto marco teórico e, precisamos avançar e aprofundar o que trouxe Rousseau.

Para tanto, o entendimento que Rousseau e J. Mill revelam sobre a emergência do processo participatório – considerando o que dissemos sobre a realidade brasileira - observamos Pateman quando nos aponta que “a participação revela funções bem mais abrangentes e é fundamental para o estabelecimento do Estado Democrático” (PATEMAN 1992, p. 33).

Segundo Pateman, a teoria política de Rousseau tinha funções fundamentais para o fornecimento e manutenção do Estado democrático e que a participação é mais abrangente que um simulacro dos arranjos institucionais, senão vejamos:

Ela (participação) também provoca um efeito psicológico sobre os que participam assegurando uma inter-relação continua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas (PATEMAN. 1992, p. 35).

De maneira geral, tal como Rousseau, Pateman trata variável educativa como função central de um sistema participativo, invertendo a perspectiva essencialmente preocupada com decisões institucionais:

Uma vez estabelecido o sistema participativo (e este é um ponto da maior importância), ele se torna autossustentável porque as qualidades exigidas de cada cidadão para que o sistema seja bem sucedido são aquelas que o próprio processo de participação desenvolve e estimula; quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo (PATEMAN. 1992, p. 39).

Para essa aptidão de qualidades desenvolvidas pelos indivíduos que voltaremos a tratar participação enquanto variável preponderante do protagonismo local.

Antes de falarmos de ferramentas de mobilização e participação local, Evelina Dagnino sugere a substancial importância sobre as consequências advindas da implantação do projeto neoliberal.

Analizando o cenário marcado por lutas em torno de um projeto político democratizante na medida em que as noções que envolvem cidadania e ações estratégicas de transformação social postuladas na democracia pós anos 90 observamos que esse transito participacionista aponta implicações distintas.

Diante de inflexões discutidas pela autora, destacam o marco histórico cenário frente a luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira e, da conjuntura e reorganização política desde a constituição de 1988.

Diante do exposto, Dagnino não fornece subsídios resultantes das investidas no campo social sendo que, o aparto institucional do setor privado poderiam inclinar base de fomento para o empoderamento local e seus efeitos educativos da participação e enfrentamento social na ausência do Estado.

Com base nesses apontamentos, Dagnino ao tratar o contexto de participação, sociedade civil e Cidadania – sinaliza numa linha tênue sobre à apropriação dos termos cidadania e solidariedade - e os sentidos que atravessam a dinâmica do avanço democrático no Brasil.

O marco importante que ilumina a autora são o reestabelecimento das eleições livres, reorganização partidária e as possibilidades de ação conjunta para o aprofundamento democrático. Estes são argumentos complementares e, que permitiram um alargamento de novas manifestações de ambientes participativos.

Todavia, Dagnino estabelece fatores como parte da estratégia do “Estado mínimo” a emergência esquerdistas de espaços participacionistas, entre eles os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, e os Orçamentos participativos¹¹ e por outro lado as características de gestão dedicada aos desfavorecidos.

2 - O SESI-PR FRENTE À MOBILIZAÇÃO BASEADA NOS ODM

Como foi exposto no capítulo anterior, as teorias propriamente ditas, nos fornecem suporte considerável para analisar contrastes de ação (social) que integram os vários setores da sociedade na soma interpretativa dos escritos sobre democracia participacionista e suas vias para um cenário recente.

Com papel fundamental de olhar o peso institucional do SESI-PR frente à capacidade do Sistema FIEP em inspirar a criação de espaços para o treinamento político, nos voltamos ao quadro social, econômico e político brasileiro da década de 1990.

Para entender a lógica que trata de novos paradigmas em sociedades democrática, relembrando de acordo com Cole¹² *apud* Pateman, p 55.1992; “(...) a função educativa é crucial e, Cole também enfatiza que os indivíduos e suas instituições não podem ser consideradas isoladamente”. Tanto os escritos em Cole quanto em Mill, a necessidade de ferramentas de participação capazes de oportunizar “aprender democracia” a nível local está presente e nos reposicionam pressupostos básicos.

Dessa perspectiva, nosso olhar para o SESI-PR como ator indutor de avanços sociais para negócios estratégicos, apresenta o protagonismo local voltado ao processo participacionista, da atuação metodologia do MNPP na medida em que afeta o exercício dos direitos sociais dos indivíduos.

Esse perfil estratégico de negócios para o social significa também uma releitura das formas de pressão sobre as ações do governo e, trataremos dos

¹¹ A partir dos escritos em Dagnino(2004), constatamos inclinação explícita sobre essa característica de espaços públicos participacionistas.

¹² Ver em Cole (1918, p. 3) postulados básicos de uma teoria de democracia participativa no contexto de uma sociedade moderna, de grande escala e industrializada.

elementos que constituem variáveis relevantes utilizando o efeito de mobilização do MNPP.

2.1 CONJUNTURA INSTITUCIONAL E MOBILIZAÇÃO NO PLANO INTERNACIONAL

O peso institucional como nos informa o site¹³ da FIEP sobre seu corpo diretivo composto por 54 integrantes, todos representantes de sindicatos industriais sendo que, é a maior entidade empresarial do Paraná em representação. Este setor que responde por 30% do PIB estadual, formado por 42 mil indústrias que geram 750 mil empregos e, tem como um dos braços de articulação o SESI-PR.

Cabe considerar que as diretrizes em instância Nacional e Estadual do SESI somam esforços enquanto entidade setorial de direito privado que, articula e da sustentação nas atividades da classe, justamente como nos aponta o Artº1 decreto 57.375 de 1965 que aprova o Regulamento do Serviço Social da Indústria (SESI):

Tem por escopo estudar planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no país, e bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico, e o desenvolvimento do espírito da solidariedade entre as classes. (BRASIL, 1965).

Os apontamentos que indicam peso político e a preocupação direcionada às questões sociais que revelam, posteriormente o modelo de gestão apresentado no inicio do século 20 com novas necessidades de apontar atuação organizacional no eixo internacional.

Nesse sentido, o sistema FIEP procurou estabelecer e ampliar ações multilaterais, sendo um dos compromissos institucionais segundo a plataforma dos ODM.

¹³ Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/boletimobservatorio/News10739content150144.shtml> . Acesso em novembro de 2011.

Os ODM foram estabelecidos no ano 2000 pela Organização das Nações Unidas – ONU, durante a Cúpula do Milênio em Nova Iorque, sendo compostos por objetivos abrangentes que pretendem alcançar o desenvolvimento, por meio de ações específicas em diversas mazelas sociais reforçando compromisso de articulação e parceria entre os setores.

A conjuntura se deve a consecução do pacto mundial dos ODM, segundo o Projeto do Milênio “são eixos empenhados em recomendações para parceria global de desenvolvimento e, inclusive para assegurar a segurança e a estabilidade no plano internacional e nacional, como destacou o Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança” (PROJETO DO MILÊNIO. p 5, 2005).

Os ODM podem ser encarados como centro de esforços na base da política de desenvolvimento internacional, nacional e local¹⁴. Este é um fator que desperta o interesse de instituições no alinhamento à plataforma mundial estimulada pela ONU.

A atuação da FIEP revela ser propensa em tornar os ODM uma linha estratégica quando, em alguma medida, dedica estímulo ao MNPP enquanto empreendimento que propõe a pauta dos ODM a nível estadual.

Para além de refletir proposta de direitos humanos e justiça global, o endosso dos critérios, importância e cumprimento com os ODM, reflete a proposta de desenvolvimento econômico e os desdobramentos de apoio e parceria para países com interesse em viabilizar negócios e reconhecimento do mercado internacional¹⁵.

O cenário de inserções internacionais que estabeleceu os ODM permitiu, destaque de ações práticas baseadas no trânsito e articulação entre instituições para o alcance dos ODM, em diferentes regiões e nos diferentes ODM.

Mesmo considerando que, foi na conferência de 2000 que mais de 189 países assumiram o compromisso voluntário na articulação dos ODM, somente nos anos posteriores o Brasil começa dar sinais de mobilização e ação.

¹⁴ Ver <http://www.pnud.org.br/odm/>

¹⁵ Escritos do PNUD, sistema ONU, apontam maneiras diferenciadas em negócios com o setor privado, ver Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2008. Ver também programa *Business Call to Action (BCtA)* <http://www.businesscalltoaction.org>.

Em 2004, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Governo Federal, a sociedade civil e a iniciativa privada se uniram para criar o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade¹⁶, com o envolvimento do Instituto Ethos de Responsabilidade Social e, em 2009 passando a regência para o empresário Rodrigo Costa da Rocha Loures, então Presidente da FIEP. (MOVIMENTO, p.4. 2011).

Afinado a proposta estratégica de parceria e atuação multilateral, a FIEP se volta à articulação desse Movimento, estabelecido pela campanha “NÓS PODEMOS - 8 Jeitos de Mudar o Mundo” e os oito ícones (anexo 1), posteriormente utilizados para a promoção dos ODM pelo mundo.

Da plataforma internacional e as diversas ações da FIEP - inclinadas ao impacto do neoliberalismo emergente pós os anos 90 – institucionalmente acontece um notável aprofundamento estratégico de gestão.

Na trilha apontada pela ONU, a FIEP transita para distribuir e implementar ações institucionais, sobretudo no Paraná, consoantes ao processo que, Dagnino chama de “resignificação para as representações vigentes de política e de democracia”. (DAGNINO, pág. 95. 2004).

Neste ponto, as políticas públicas do Governo Federal, especificamente na gestão Lula, a partir dos investimentos sociais propriamente conectados às recomendações da ONU, ou seja, o Governo busca visibilidade enquanto país signatário a plataforma mundial conhecida como Pacto Global.

Para Dagnino, uma das consequências das iniciativas de espaços públicos de ação direta do Governo “foram implementados em cerca de cem cidades brasileiras, a maioria governadas por partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores” (DAGNINO p. 96. 2004).

Cabe lembrar o que Dagnino nos alerta sobre o avanço do projeto neoliberal:

É na formulação de políticas sociais com respeito a pobreza e à desigualdade, em cuja definição se concentrou grande parte das lutas organizadas pela demanda de direitos iguais e pela extensão da cidadania e para onde se dirigiu a participação da

¹⁶ O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade é um movimento de voluntários APARTIDÁRIO, ECUMÊNICO e PLURAL da nação brasileira que visa ao alcance dos ODM em diversos eixos e manifestações multisetais. Ver <http://www.nospodem.org.br/o-movimento>.

sociedade no esforço de assegurar direitos universais a todos os cidadãos, portanto, no terreno privilegiado do projeto democratizante. (DAGNINO, 2004, p 107).

A justificativa da FIEP ao assumir entrada no programa ODM é que, o empresariado deve olhar para oportunidades que derivam de avaliações do entendimento da estrutura de autoridade como variável importante.

Sinalizamos a atualidade empírica, quanto às possibilidades de demonstrar a idéia de estrutura de autoridade que sustente a ligação de protagonismo social – sobre o efeito da função educativa num sentido amplo – ligado a proposta de participação local.

O então Presidente do sistema FIEP, relata para além de um modelo desenvolvimentista¹⁷ quando trata de uma nova concepção da educação empresarial:

Podemos refletir a respeito do desafio de se oferecer uma educação empresarial responsável e se promover o valor da inovação sustentável, como caminhos em favor do bem-estar da vida humana no planeta. O entendimento de que o espaço para mitigação não mais existe e que formas radicalmente distintas de organizar e produzir são necessárias, leva à conclusão de que o momento requer a construção e a conservação da capacidade da convivência autêntica, do olhar sistêmico e da conspiração. E isso, por sua vez, só ocorre onde o diálogo liberador e construtivo é assegurado (ROCHA LOURES, 2009).

Das características legais e de comando que instituem o norte de ação do Sistema FIEP e, a contextualização de uma vertente internacional para apresentar; em que medida a instituição busca aliviar os problemas sociais segundo a estrutura de gestão expressa no mapa estratégico da FIEP (anexo 2), ou ainda, quando Raphael Machado chama de “agilidade da iniciativa privada” sobre:

A atuação do empresariado para o social já era um tema corrente da década de 1990, em que vários grupos empresariais possuíam projetos de atuação social, seja diretamente ou por meio de associações, ONGs, entre outros.

¹⁷ Ver Ristoff (2008) no contexto das transformações do capitalismo mundial a partir da década de 30.

Sem sombra de duvidas o contexto econômico-politico nacional influenciou pesadamente esse tipo de atuação social, pois o modelo neoliberal teve forte impacto sobre uma serie de direitos sociais dos brasileiros favorecendo a entrada da iniciativa privada no fortalecimento de serviços sociais para os setores populares (MACHADO, 2011, p 23).

Transcendendo a abordagem estritamente filantrópica, na emergência e visibilidade de ações empresariais no campo social permite o que Machado chama de “caráter orgânico e articulador” sobre as tendências de combate as “mazelas sociais”.

Sendo panorama institucional, brevemente apresentado e apoiado na plataforma dos ODM como ascensão e oportunidade de transito internacional frente a proposta de gestão da FIEP, trataremos a seguir dos aspectos de mobilização que acende o MNPP em ações participacionistas e, quais subsídios que o processo metodológico de mobilização significa para o desenvolvimento local.

3. DINÂMICA METODOLÓGICA DO MNPP

Diante dos argumentos destacados sobre a importância internacional da plataforma ODM, cabe notar esforços direcionados ao plano local sobre a visibilidade de comando da FIEP quando oferece o MNPP - concomitante ao pacto internacional – na proposta de desenvolvimento sustentável¹⁸ e sua variável explicativa de participação.

Considerando o Sistema FIEP, parte integrante dos mecanismos de desenvolvimento mantidos pela iniciativa Industrial, o Projeto do Milênio nos alerta que “ as políticas econômicas coerentes envolvem um equilíbrio racional das responsabilidades entre o setor privado e o setor público para assegurar o progresso sustentado e generalizado” (PROJETO DO MILÊNIO, p 21 2005).

Nessa direção, Machado sugere que o engajamento político do setor privado pode revelar seu peso na formulação de uma nova configuração de ações empresariais no social, vejamos:

¹⁸ Trata-se de um conceito que age no equilíbrio dos pilares de meio ambiente, social e econômico segundo a política Nacional de Educação Ambiental (Lei 6.938/81).

"O empresariado passava assumir um papel de destaque na condução da política nacional, mas esse empresariado estava representado num novo patamar, não mais no mero nível individual, mas em termos de organização, um grupo político, detentor de uma ideologia de condução dos setores subalternos" (MACHADO, 2011, p. 5).

Porta voz do setor industrial, o Presidente da FIEP observa que "o objetivo maior da educação é a construção, pelas pessoas, de competências e habilidades que lhes permitam alcançar seu desenvolvimento pleno e integrado" (LOURES p.64 2009). sobre o alinhamento com os cinco pilares fundamentais para educação, que constam no relatório da UNESCO publicado para Comissão Internacional sobre Educação do Século XXI.

Pontuando a questão da educação na visão de comando da FIEP, mas podendo ser entendida em outros programas e eixos estratégicos da instituição, nos voltamos à consecução dos ODM no plano estratégico no Estado do Paraná:

Percebendo a necessidade e importância de desenvolver e estimular as ações em prol dos ODM, o Sistema FIEP em parceria com o SESI vem fomentando e articulando o Movimento Nós Podemos Paraná, desde 2006, com o objetivo de promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental do planeta, tomando as diretrizes de desenvolvimento definidas no Fórum Futuro 10 Paraná e os Objetivos do Milênio como ponto de partida para nortear as ações, com o desafio de atingir as metas dos ODM (MOVIMENTO, p.8 2007).

Para pensarmos uma ação participacionista nos municípios do Paraná, o MNPP apresenta metodologia própria tendo como base o diálogo, a articulação em rede, multisetorial e a ação cooperativa voluntária, orientada ao alcance dos ODM (anexo 3). Sobre a atuação do Movimento:

É através da metodologia dos Círculos de Diálogo, que são eventos articulados localmente, o Nós Podemos Paraná promove a participação dos três setores da sociedade (público, privado e sociedade civil) para a definição de áreas prioritárias, metas de alcance, ações e projetos a serem implementados no plano local. Os Círculos criam um ambiente favorável ao diálogo, possibilitando o estabelecimento de projetos e ações para o desenvolvimento da localidade (MOVIMENTO, p.2 2005).

Nas atividades do Círculo de Diálogo¹⁹, realizadas com base na metodologia da Investigação Apreciativa (IA)²⁰, o ambiente é organizado em forma de um evento; com mesas redondas, a serem compostas por grupos, que representem todos os setores da sociedade, na tentativa de reunir os indivíduos por área de interesse associado aos ODM, vejamos o esquema a seguir:

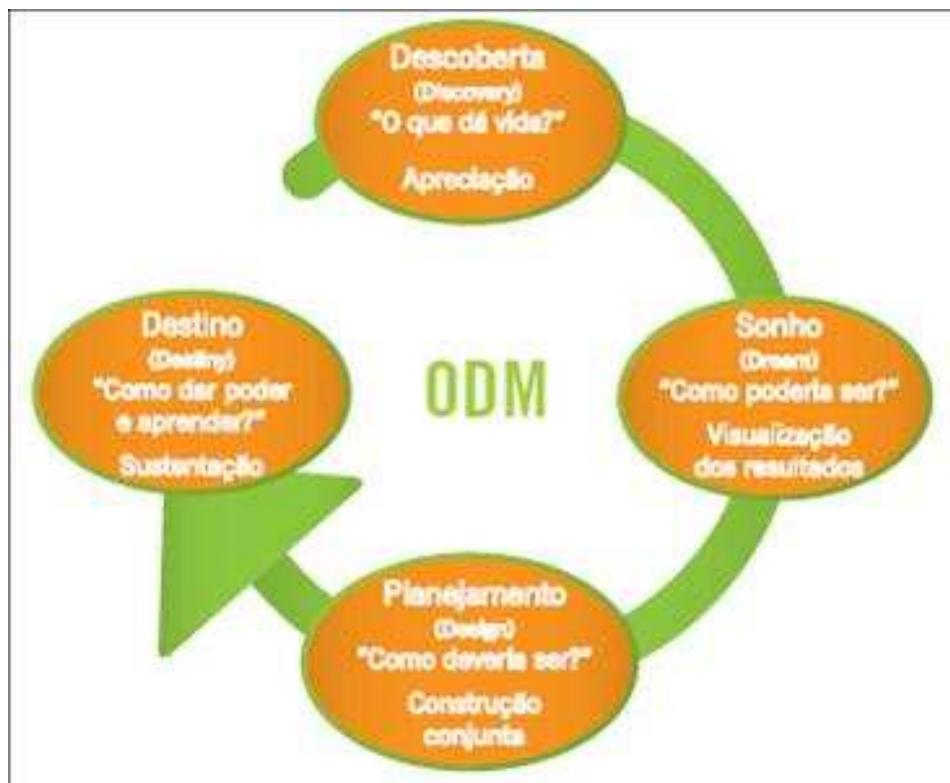


Figura 1 – Metodologia de Mobilização do Movimento Nós Podemos Paraná
FONTE: Movimento Nós Podemos Paraná, 2009.

A base da metodologia está assentada, fundamentalmente em quatro etapas, os chamados 4 “D”, em inglês; *Discovery, Dream, Design e Destiny*: a

¹⁹ Metodologia, reconhecida mundialmente como potencial (tecnologia Social) para mobilização em prol dos ODM.

²⁰ É a busca cooperativa do melhor nas pessoas, nas organizações e no mundo ao redor. Envolve a descoberta sistemática do que dá “vida” a um sistema quando ele está no seu estado mais eficaz e capaz, em termos humanos, ecológicos e econômicos, mediante a arte e a prática de fazer perguntas que reforcem a capacidade de um sistema de elevar seu potencial positivo. Este processo de investigação foi desenvolvido em meados da década de 1980 por David Cooperrider, Suresh Srivastva e outros colegas da Case Western Reserve University, em Cleveland, nos Estados Unidos. Ver COOPERRIDER 2006.

descoberta das potencialidades da comunidade; a construção do seu sonho, a estruturação de um ideal de futuro; a definição de prioridades e plano de ação.

Inspirado nessa metodologia que o MNPP opera sua estrutura de mobilização para efetiva participação dos indivíduos, ou seja, das idéias do protagonismo local. Antes de conduzir os “círculos” são feitos contatos locais enfatizando a necessidade de uma divulgação abrangente e sem restrições de classe ou mesmo custo para participação.

Partindo de uma divulgação e mobilização intensa por meio de articuladores do MNPP e parceiros locais²¹, com vistas a atingir diversos setores uma vez que, a proposta do “evento” só é possível com base local interessada.

O peso político do Sistema FIEP, fornece argumentos favoráveis à hipótese de instituições políticas democráticas para ampliação de espaços participativos e, que a participação fornece qualidades (educativas) aos indivíduos.

Enquanto uma ação interativa que proporciona a interiorização e a colaboração entre os indivíduos – é que os “efeitos educativos” de aprender por meio do próprio processo de participação nas tomadas de decisão, ou seja, “quanto mais o cidadão participa mais ele se torna capacitado para faze-lo” (PATEMAN p 61. 1992).

Embora os argumentos baseados na teoria Roussoniana sejam, retirados do contexto cidade / Estado de proprietários camponeses, o processo metodológico será brevemente analisado na função integradora que a metodologia do MNPP opera e, em que medida trás consequências locais sobre as condições para tomada de decisão dos indivíduos.

Ainda no processo de mobilização para o evento, observamos a resistência para “participar”, no entanto a apatia deve ser vista como “auto exclusão” que por sua vez pode ser entendida por meio da contextualização dos agentes locais seja por sua rejeição (esquecimento do Estado) e, por associar o “convite para participar” a ele (Estado) seja por sua baixa inserção numa economia capitalista.

²¹ Mapeados pelo MNPP constituem a base de consulta, articulação e facilitação da mobilização.

Na atuação metodológica do MNPP, podemos observar a seguinte estrutura de atuação: Núcleo Articulador, Círculos de Diálogo, Núcleos Locais de Trabalho e Círculos de Conhecimento – correspondendo ao círculo de desenvolvimento que trataremos na próxima subseção.

A Figura 2 demonstra a inter-relação dessa estrutura, destacando-se, no centro da figura, o Núcleo Articulador ou Movimento Local, ali registrado como Núcleo Gestor fonte animadora de ações e projetos definidos por atores locais:

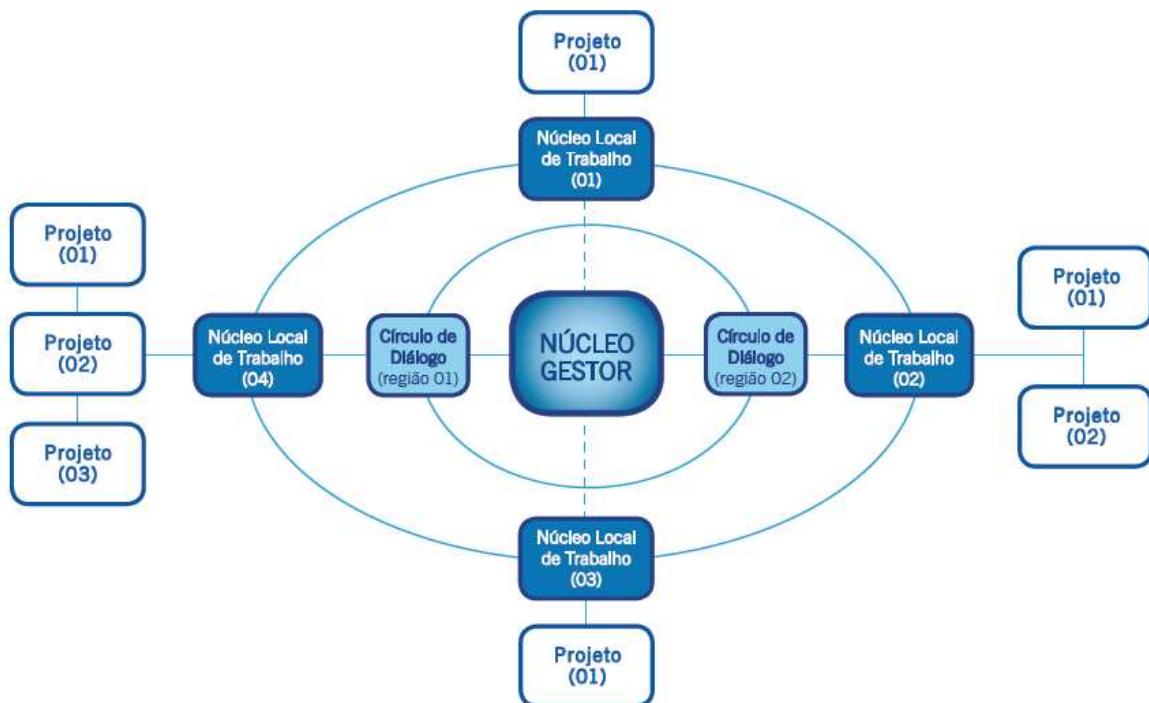


Figura 2 – Estrutura Metodológica de Mobilização do Movimento Nós Podemos Paraná
FONTE: Movimento Nós Podemos Paraná, 2009.

Os “Núcleos Locais de Trabalho” são formados por grupos de pessoas composto por diferentes atores sociais, voluntários eles são chamados a participar com o papel de organizar os diálogos locais pautados na experiência e conhecimento dos agentes locais e nas informações do Portal ODM²² disponibilizadas pelo Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – ORBIS²³.

²² Indicadores, informações técnicas de bases e organismos oficiais (Ex. IBGE, DATA SUS etc) ver: <http://www.portalodm.com.br/>.

²³ Lançado em 2004, constitui compromisso de medir a prosperidade e qualidade de vida, numa orientação referenciada por variáveis econômicas, sociais e ambientais.

As informações disponibilizadas pelo ORBIS tem uma função central no tratamento e divulgação do panorama da realidade local, ou seja, informações que norteiam o indicador de desenvolvimento local. É nessa perspectiva que poderemos analisar o fator estímulo a participação local em projetos e ações voltadas à interesses e preocupações dos indivíduos (plano local) e, de que maneira ocorre o protagonismo social.

3.1 DIMENSÃO ESTRATÉGICA DA PARTICIPAÇÃO LOCAL

Segundo o MNPP, o êxito dos Núcleos Locais de Trabalho está diretamente ligado à sua autonomia, criatividade e respeito aos limites e potencialidades locais, assim como à sua capacidade de realizar ações contínuas de articulação e promoção do desenvolvimento local – ligado aos seus interesses - Depende ainda do nível de envolvimento dos atores locais (MOVIMENTO NÓS PODEMOS PARANÁ, p. 18. 2009).

Os atores locais são estimulados a participar ativamente e, nesse sentido, aparece à função educativa na participação (tratamento, análise da realidade local) e, por fim, quais ações os indivíduos indicam e podem implementar a partir de uma organização local chamada “Movimento Local”. Vejamos o que nos lembra Almond e Verba:

Se na maioria das situações sociais o individuo se acha subordinado a alguma figura de autoridade, é possível que ele espere uma relação de autoridade como essa na esfera política. Por outro lado, se fora da esfera política ele dispõe de oportunidades de participar de um amplo leque de decisões sociais, provavelmente esperará ser capaz de participar do mesmo modo de decisões não políticas pode dar lhe destreza necessária para se engajar na participação política". ALMOND E VERBA Apud PATEMAN p 68. 1992.

Para a implementação da metodologia, cabe destacar que os movimentos são constituídos por indivíduos que observem a necessidade de

encampar ações coletivas, apartidárias em prol do desenvolvimento local (MOVIMENTO.p 11. 2005).

Do chamado as ações, podemos sugerir como modelo participação, o Movimento Nós Podemos Guaraqueçaba que, em alguma medida, teve sua inspiração na articulação e peso institucional da FIEP, mas, sobretudo, atores locais motivados na atuação consequente de buscar fomentar a participação local em torno de assuntos eleitos prioritários nesse município.

O Movimento Nós Podemos local se organiza e estabelece sua atuação com apoio do MNPP por meio de capacitações e estímulos em campanhas e ações de desenvolvimento local postulados em metas de alcance factíveis e ações e projetos prioritários do grupo local. Ainda assim o fator protagonismo dependerá do nível de interesse dos indivíduos. Adiante falaremos do case “Nós Podemos Guaraqueçaba”.

3.2 NÓS PODEMOS GUARAQUEÇABA E O PROTAGONISMO LOCAL

Trata-se de um município com um dos piores índices de Desenvolvimento Humano segundo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)²⁴ - pouco mais de 7.500 pessoas, desprovidos de estruturas capazes de suprir, o que os municíipes chamam de isolamento²⁵, para dar fim as dificuldades de acesso à iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

O “movimento” em Guaraqueçaba foi originado com apoio de instituições locais em torno de ações prioritárias ligadas a prevenção e conservação do meio ambiente e prevenção de gravidez na adolescência entre outras. Todos os esforços foram definidos pelo plano de implementação e monitoramento definido pelos atores locais nos Círculos de Desenvolvimento.

Convergente com essas ações de desenvolvimento local, as articulações em Guaraqueçaba tiveram como instituições-ancoras a Associação de Amigos

²⁴ Disponível em http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/idh_estados.pdf

²⁵ Campanha da ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE GUARAQUEÇABA frente à pavimentação do único acesso terrestre ao município. Ver <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2011N6259> acessado 20/11/2011.

de Guaraqueçaba, CORREIO local, Escola Municipal e, comerciantes locais. O estabelecimento da agenda de prioridades e execuções de projetos e ações, no que se refere à metodologia, foi realizado em encontros subsequentes e, parte da dinâmica no aprofundamento dos “círculos” segundo estabelecido pelos participantes locais.

Para conduzir as atividades em Guaraqueçaba, o MNPP recorreu a dois momentos da metodologia: o primeiro refere-se à estruturação que propõe reunir atores locais, sensibilizando e mobilizando para realização dos Círculos de Diálogo, concomitante a identificação do Círculo de Conhecimento.

Os círculos do Conhecimento têm por objetivo “divulgar e compartilhar conhecimento a partir da área do conhecimento dos voluntários e ajudar a compor equipe de estudos de viabilidade e oportunidades” (MOVIMENTO, p.18. 2009). O segundo momento refere-se à estruturação dos Círculos de Trabalho Local e execução das ações (MOVIMENTO, p 23. 2009). Vejamos como esta dinâmica está estruturada na figura 3:



Figura 3 – Estrutura dos círculos de Desenvolvimento.
FONTE: Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBIS).

Por conseguinte e, diante do estímulo e das ferramentas de capacitação colocadas à disposição pelo MNPP (ORBIS, 2009), foi possível mapear atores locais que pudessem animar a rede (Círculo de Trabalho). Nesse sentido as

características do empoderamento local para participação demonstram resultados promissores sobre o efeito educativo no desenvolvimento local, mais precisamente dentro do que nos apontou Pateman sobre a função central de participação.

A esta função de participação, consta o comprometimento de atores locais para estruturação dos círculos de trabalho. Nesse ponto, as instituições locais propriamente ditas desempenharam papel importante de articulação e consistência ao núcleo gestor/Nós Podemos Guaraqueçaba.

A evolução local do “movimento” deve-se ao engajamento e na ênfase da figura institucional do MNPP para fazer chegar atividades de capacitação.

A etapa do engajamento, está associado à função educativa que apontada pelo MNPP sobre os Círculos de Desenvolvimento:

Campanha educacional sobre os ODM, suas metas e seus indicadores. O objetivo desta etapa é despertar o interesse da sociedade local para temas sociais, incentivar seu envolvimento (comprometimento) e formar uma estrutura inicial que tornará possível o andamento do projeto. MOVIMENTO P16. 2007).

Quando pensamos o envolvimento de instituições locais, ficou evidente que o envolvimento local deliberou a necessidade de ações para capacitação a partir dos eixos prioritários definido pelos atores locais.

Uma das ações recentes solicitadas pelo núcleo gestor foi justamente capacitação dentro do projeto SESI AMIGA, articulado pelo MNPP e Colégio SESI, no intuito de formar o primeiro grupo de jovens voluntárias em Guaraqueçaba, tendo como finalidade reduzir os índices de gravidez na adolescência²⁶.

Dentro do exposto, nossa preocupação ao apresentar o papel da metodologia e lançar luz a modelos atualizados de participação local constituí argumentos que reforçam as qualidades das atitudes de ação (pró atividade),

²⁶ Trata se de um dos eixos de Cultura do SESI - PROGRAMA SESI JOVEM VIDA - alinhado aos ODM . Conta com eixo de protagonismo juvenil onde meninas ensinam meninas sobre educação sexual, saúde reprodutiva e valorização da mulher. No caso de Guaraqueçaba foi uma oportunidade segundo parceria do MNPP, SESI AMIGA, Colégio SESI. Ver

<http://www.sesipr.org.br/sesicultural/FreeComponent14094content117377.shtml>

frente às inter-relações dos indivíduos com estruturas de autoridade em um sistema político atualizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta o descrito neste artigo, conclui-se que os instrumentos da metodologia do MNPP em todas as suas variáveis de fomento a participação somam a maneira pela qual Dagnino observa a conjuntura neoliberal, assim como Machado nos apresenta razões pelas quais o empresariado está disposto à atuar em prol do desenvolvimento sustentável como uma nova forma de encarar participação.

Entretanto não podemos atribuir esse ponto de vista pela maneira em que Pateman observa os rumos da participação democrática. Essa nova forma de observar o comportamento do empresariado foi possível em um contexto sócio político transformado. Este contexto está posto em Machado, sobretudo quando observa o tema Responsabilidade Social Empresarial - RSE pós anos 90 e o repositionamento e caracterização do setor privado face às mazelas sociais.

As novas formulações apontam para vocação do empresariado na articulação de um projeto capitalista reinventado a partir do veies sócio ambiental. Com intuito de fornecer pauta aos dilemas sobre a capacidade dos indivíduos participarem e, a função educativa recorrente desse processo participacionista tem peso substancial em bases institucionais de fomento e articulação no cenário político atual.

Nesse sentido, observamos como opera o Sistema FIEP, sobretudo na base de articulação em torno de uma plataforma mundial. Sem dúvida esse repositionamento de ação estratégica – presente no mapa estratégico da FIEP – nos aponta para o repositionamento do debate sobre participação democrática.

Embora o debate não esteja alinhado à social democracia ou à democracia radical, mas, caminhando no sentido de um humanismo das empresas, estas mesmas, agora protagonistas e fiadoras do processo de

organização e mobilização social num contexto marcado por mudanças ambientais e econômicas que exigem inovação e reposicionamento alinhado ao conceito de sustentabilidade.

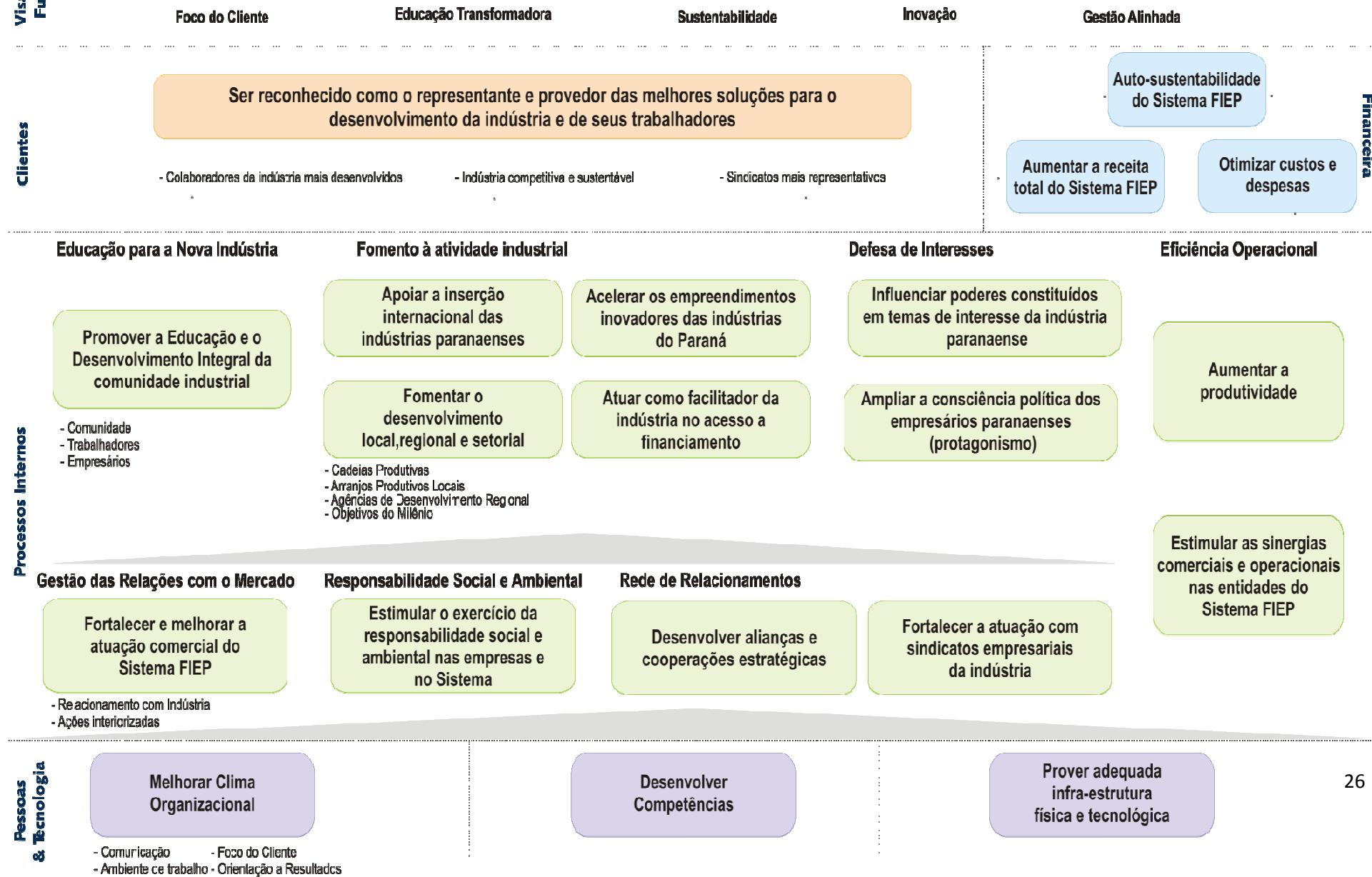
A pesquisa contou com dados dos diversos estágios de aplicação metodológica do MNPP, conseguidos na FIEP alem do material bibliográfico.

ANEXOS

Anexo 1



DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL SUSTENTÁVEL DO PARANÁ



Anexo 3



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COOPERRIDER, D. L.; Whitney, D. **Investigação Apreciativa: uma abordagem positiva para a gestão de mudanças.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

DAGNINO, Evelina. **Os Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.** 1994. Ed. Brasiliense.

_____. **Sociedade Civil, Participação e Cidadania: De que estamos falando?** 2004. Universidade Central de Venezuela.

MACHADO, Raphael. A. **A Ação Coletiva do Empresariado Brasileiro em Torno da Responsabilidade Social Empresarial: O Caso do Instituto Ethos.** In: II Fórum Brasileiro de Pós Graduação em Ciência Política, 2011. São Carlos. Anais II Fórum Brasileiro de Pós Graduação em Ciência Política. 2011.

MOVIMENTO NÓS PODEMOS PARANÁ; OBSERVATÓRIO REGIONAL BASE DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE (ORBIS). **Círculo Paranaense dos 8 Jeitos de Mudar o Mundo.** Curitiba, 2005. Projeto.

MOVIMENTO Nós Podemos Paraná. Disponível em:
<<http://www.nospodemosp Paraná.org.br>> Acesso em 10/8/2011.

MOVIMENTO NÓS PODEMOS PARANÁ; OBSERVATÓRIO REGIONAL BASE DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE (ORBIS). **Guia de mobilização:** nós podemos... mobilizar em prol dos Objetivos do Milênio. 2009. Disponível em: <http://www.portalodm.com.br/guia-de-mobilizacao--bp--174--np--1.html>. Acesso em: 29/04/2011.

MOVIMENTO NÓS PODEMOS PARANÁ; **Resumo Executivo.** Curitiba. 2007.

OBSERVATÓRIO REGIONAL BASE DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE (ORBIS). **Conferência Internacional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.** Curitiba, 2010.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PROJETO DO MILÊNIO DAS NAÇÕES UNIDAS 2005. **Investindo no Desenvolvimento: Um Plano prático para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Visão Geral.

MOVIMENTO e SESI AMIGA. **Programa SESI Jovem Vida por Meio do SESI Amiga.** Sistema FIEP. Curitiba, 2010.

RISTOFF, T. **As transformações no capitalismo mundial e o fim do desenvolvimentismo no Brasil.** In XIII Encontro de História ANPUH-Rio. 2008. Anais XIII Encontro de História ANPUH-Rio. 2008

ROCHA LOURES, Rodrigo. C. da. **Sustentabilidade XXI: Educar e inovar sob uma nova consciência.** São Paulo: Ed. Gente, 2009.

ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social.** Disponível em:
<<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>>. Acesso em: 29/04/2011.

_____. **Discurso sobre a economia política e do contrato social.** Petrópolis: Vozes, 1996.

SARTORI, Giovanni. A Teoria da Democracia Revisitada – o debate contemporâneo. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática, 1994.

UNIVERSIDADE DA INDÚSTRIA – UNINDUS. **Ciclo dos 4D's da Investigação Apreciativa.** Disponível em:
<http://www.unindus.org.br/dbimages/4DS%5B18241%5D.JPG>. Acesso em: 10/5/2010.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL, **Decreto 57.375**, 2 de Dezembro de 1965. Aprova o Regulamento do Serviço Social da Indústria – SESI.